

## PROLATINO AMPLIOU OS DEBATES E FOI UM INTENSO CELEIRO DE IDEIAS



No último dia do **XIV Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino**, realizado nesta quinta-feira (11), dois temas estiveram no centro das discussões: a convergência das normas públicas ao padrão internacional e a adoção das IFRS na América Latina. Ao abrir o evento, dois dias antes, o presidente do CRC-RJ, Waldir Jorge Ladeira dos Santos (foto, ao lado do presidente da Ancep, Roque Muniz), na presença de mais de mil congressistas, agradeceu a oportunidade em sediar os dois grandes eventos. "Realizar o Prolatino e a Concerj no Rio é um voto de confiança para mostrarmos ao País que, independente das crises fiscal e moral por que passamos, ainda somos um grande celeiro de ideias e talentos, de vanguarda de pensamento, e inclusive, que muitas sugestões de soluções para os problemas que enfrentamos podem sair daqui", ressaltou.

Entender a convergência das Normas Públicas e o processo de adoção das Ipsas, que são editadas por um conselho independente apoiado pela Ifac. O tema integrou o primeiro painel e contou com a participação do Leonardo Silveira do Nascimento, coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONF/STN) e Membro do International Public Sector Accounting Standards Board na International Federation of Accountants (IPSASB/Ifac); e Fabrizio Mocavini, auditor e chefe da Unidade de Estudos do Departamento de Orçamento e Contabilidade do Ministério de Economia e Finanças da Itália. O debate contou com a moderação do vice-presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Idésio da Silva Coelho Júnior.

"A convergência colocará na mão do gestor público uma excelente ferramenta para melhor gerir as contas do País", a mensagem do vice-presidente Idésio iniciou o painel que foi seguido pela participação de Leonardo Silveira do Nascimento. Na ocasião, Leonardo falou sobre as reformas contábeis no setor público brasileiro, iniciadas em 1997, quando foi editada a primeira Ipsa no País. "A partir de então, o processo ganhou força para aprimorar a confiança na base de dados e melhorar o cenário de finanças públicas", disse. Segundo ele, a convergência contou com dois grandes momentos no país: em 2008, quando foi iniciada, e 2015, após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, quando as contas do governo foram reprovadas. "Com o cenário preocupante sobre a situação do país, o Tesouro Nacional enxergou no problema uma oportunidade para o aprimoramento do trabalho e começou a atuar ativamente na contabilidade patrimonial, emplacando efetivamente as Ipsas no Brasil", concluiu. Leonardo ainda explicou como é realizado o processo de convergência e o papel de cada ator: Ipsasb, CFC e Tesouro Nacional.

O italiano Fabrizio Mocavini também apresentou como anda o processo das Ipsas/Epsas na Europa, principalmente a visão italiana. Segundo ele, o trabalho iniciou em 2013 com a atuação de uma comissão que concluiu a necessidade permanente de harmonização da contabilidade por competência no setor público com base na governança sólida da União Europeia.

De acordo com Mocavim, a Itália já tinha passado por uma reforma orçamentária integrada em 2009, mas foi em 2012 que uma reforma constitucional devolveu ao Governo Central o poder sobre a legislação contábil introduzindo o princípio do equilíbrio orçamentário. "Enfim, em 2017, iniciamos o projeto de Reforma da Contabilidade em Regime de Competência na Administração Pública Italiana com a convergência das normas. A ideia é que até 2025 sejam adotadas as Ipsas/Epsas", explicou.

**Adoção das IFRS** - "Promover transparência, prestação de contas e eficiência aos mercados financeiros no mundo. Esse é o principal objetivo das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, sigla em inglês)", reforçou Amaro Gomes, representante da América Latina no International Accounting Standards Board (IASB, sigla em inglês) durante o painel "A Adoção das IFRS na América Latina".

Amaro realizou uma cronologia da adoção das IFRS no mundo e, principalmente na América Latina. Segundo ele, 144 países já requerem as normas, o que significa 87% de adoção mundial. Segundo ele, as normas têm como meta geral estabelecer um consenso internacional de conhecimento com uma interpretação mais fidedigna, compreensiva e segura para os usuários da informação. A ideia é apresentar aos investidores, ou ao público de interesse, o poder aquisitivo da moeda frente a outras economias. "As IFRS permitem a redução de assimetria de informações e, nesse processo, traz mais qualidade e transparência que colaboram para o desenvolvimento econômico de longo prazo, saudável, promovendo economias mais resilientes às crises", ressaltou.

Amaro Gomes também lembrou que as IFRS, por trazer uma mudança de conceito, geram desafios e algumas inseguranças no âmbito contábil. No entanto, a sua utilização é a saída mais eficiente para a credibilidade no mercado financeiro. “A norma pode ser complexa, mas ela estará sempre refletindo uma realidade econômica”. Ao concluir sua apresentação, ele reforçou que, para vencer os desafios práticos da implementação das IFRS, é preciso capacitação e conhecimento contínuos.

## Áreas de fiscalização e inteligência da Previc em evento da Ancep em Brasília

O seminário **Gestão de Riscos Estratégicos e Operacionais** já vale pelo seu intenso conteúdo, mas a sua apresentação em Brasília, no próximo dia 26, ganhou uma forte motivação a mais para atrair a atenção dos ancepianos. É que está confirmada a participação da PREVIC no evento a se realizar no DF.

A PREVIC estará presente à apresentação do seminário em Brasília através de dois de seus nomes de mais destaque: Sérgio Taniguchi, Diretor de Monitoramento e Fiscalização e Lúcio Capelletto, Coordenador Geral de Inteligência e Gestão de Riscos.

Em um Mundo e mercados cada vez mais complexos e, mais ainda, em um momento da história econômica do País que obriga os investidores a arrisquem-se mais para alcançar o retorno desejável, ser capaz de fazer uma análise integrada e abrangente dos riscos ao investir é obrigação da qual nenhum gestor de recursos de terceiros pode fugir, daí a procura por uma orientação segura que esse tipo de evento oferece. E sem esquecer que o seminário é também uma oportunidade de o profissional garantir 8 pontos no programa de educação continuada do ICSS e 6,5 no do CFC.

A presença no seminário de dirigentes e profissionais das Entidade é claramente da maior importância, considerando que poucos temas poderiam ser mais oportunos do que esse. Afinal, está cada vez mais difícil extrair do mercado, sem se correr alguns riscos, os rendimentos minimamente almejados pelos participantes e as metas atuariais definidas. O evento que a ANCEP realiza em parceria com a Mirador Atuarial traz exatamente as respostas para as perguntas que tanto incomodam.

Para se inscrever basta ir ao endereço [www.ancep.org.br](http://www.ancep.org.br)

## EDF-REINF: Volume de inscrições obriga a transferir local de realização de evento no Rio de Janeiro

Medida do elevado grau de sucesso alcançado, a transferência para um recinto maior do local em que será realizado o seminário **EDF-REINF: Instrução Normativa RFB 1767/2017**, que com a mudança agora vai acontecer no Rio de Janeiro no próximo dia 19 no auditório do Serpros Fundo Multipatrocinado, localizado na Rua Fernandes Guimarães 35, em Botafogo, é uma demonstração a mais da confiança que os eventos de treinamento da ANCEP inspiram.

O evento, já realizado com auditórios sempre cheios de meia dúzia de capitais, será apresentado também no próximo dia 15 em Florianópolis e, no próximo dia 29, em Salvador.

Confiança que não se alimenta só da qualidade dos quadros profissionais mobilizados pela ANCEP, lembra o Presidente Roque Muniz, mas também da oportunidade dos temas abordados. Afinal, essa está sendo a melhor hora para o esclarecimento das dúvidas que ainda perduram sobre a temática que envolve o EDF-Reinf e a Instrução Normativa 1767 da Receita.

## Publicada Resolução sobre governança no sistema CFC-CRCs

Melhorar, avaliar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os objetivos traçados. Essas são as premissas estabelecidas pela Resolução do CFC n.º 1.549/18 sobre a Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs – composto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), aprovada pelo Plenário do CFC, em Brasília (DF), no dia 20 de setembro.

Neste ano, o CFC e CRCs estabeleceram um novo objetivo para o Planejamento Estratégico do Sistema. Até 2027, o Sistema CFC/CRCs irá “Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e procedimentos”. De acordo com a diretora executiva do CFC, Elys Tevania, “a Resolução tem como objetivo, além de instituir a política de governança, reforçar a importância das boas práticas que contribuem para a qualidade da gestão”.

Os princípios fundamentais da boa governança estabelecidos pela Resolução são a transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e accountability, este último refere-se ao conjunto de boas práticas adotado pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram, os quais evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações. A Resolução apresenta como objetivos da Governança Institucional do Sistema do CFC/CRCs, entre outros, direcionar e monitorar as estratégias, políticas e planos institucionais, alinhando as ações às necessidades das partes interessadas, de modo a assegurar o alcance dos objetivos e a prestação de serviços de qualidade; aperfeiçoar os controles internos e implementar a gestão de risco aos processos e procedimentos de trabalho, garantindo sua eficácia e melhoria no desempenho das atividades; e promover a comunicação aberta, voluntária e transparente, fortalecendo a participação social e o acesso público à informação.

Segundo Tevania, “as expectativas que ocorrerão com a disseminação da política de governança em todo o Sistema são positivas, porque, além de melhorar o relacionamento interno, trará equilíbrio entre as partes interessadas (stakeholders) e preservará os valores e sustentabilidade do CFC e Conselhos Regionais”.

A Resolução foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 26 de setembro e já está disponível no site do CFC. ( CFC )

## Fundos de pensão precisam ser mais simples, diz Glogowsky

Os fundos de pensão não precisam de novas regras e sim de produtos mais simples para atrair participantes. A avaliação é de Martin Glogowsky, ex-presidente da Funesp, a maior fundação privada do país, com patrimônio de quase R\$ 30 bilhões. O executivo deixou o fundo de pensão após uma trajetória de 20 anos - ocupava o cargo principal desde 2005. Nesta segunda-feira, informa o **VALOR ECONÔMICO**, Walter Mendes assume seu lugar na Funesp, após dois anos à frente da Petros (a fundação dos funcionários da Petrobras).

“Os fundos de pensão não precisam de mais regras. Tudo é regulado, controlado, reportado, quer seja para a Previc, para o conselho deliberativo, o conselho fiscal. Vamos ter comitês de auditoria. Nós somos hipercontrolados. Precisamos é de mais agilidade e de produtos mais simples”, disse ao Valor o executivo, que é integrante do conselho deliberativo da Abrapp. Ao deixar a Funesp, ele não pretende se aposentar. A ideia é aproveitar sua experiência em governança corporativa e em conselhos de administração para continuar atuando na área.

Glogowsky reconhece a importância da Previc, mas afirma que o governo não dá o "foco necessário" ao setor. "A previdência não tem ministro, e é preciso empoderar a Previc com uma equipe mais perene. Não é bom ter um superintendente interino por mais de um ano, precisamos de um órgão regulador muito mais forte do que é", afirma.

Entre as medidas adotadas desde então está o modelo de supervisão baseada em risco (SBR), a instituição de regras mais rigorosas para as 17 fundações de maior porte - as chamadas entidades sistematicamente importantes (ESI). Também determinou a intervenção do Postalís, fundo de pensão dos Correios. "Tudo o que aconteceu no mercado obrigou a Previc a ter uma posição de controle maior", diz o ex-presidente da Funcesp, ao lembrar episódios como a operação Greenfield, deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2016, e que apurou fraudes e desvios de recursos em fundos de pensão de estatais, como o próprio Postalís.

Para ele, as mudanças após a Greenfield fizeram com que as fundações que "andam na linha" paguem por isso com uma maior burocracia. Um ponto de melhora identificado pelo ex-presidente da Funcesp são os autos de infração, engrossando o coro com algumas fontes do setor. "O auto de infração, em geral, tem um campo para melhorar do lado da Previc, que deu sinal muito claro para todo mundo da mudança de comportamento do regulador. É possível que tenha agido alguns casos com exageros. E tem causado, sim, incômodo muito grande.

Além disso, a resolução 4.661, editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em maio, passou a considerar responsáveis pelo cumprimento das normas quem participa do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos. Estão incluídos membros de conselhos estatutários, procuradores com poderes de gestão, membros do comitê de investimentos, consultores e profissionais que participem de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos. Isso vai requerer uma "adaptação importante" dos fundos de pensão, diz Glogowsky.

"A dúvida é se tudo isso leva à simplicidade que precisamos ter para atrair mais gente para o setor. É preciso tomar cuidado para não tornar o setor tão engessado, porque ninguém novo está entrando", diz.

## Fundo de pensão canadense pretende dobrar os seus investimentos na AL

O Fundo de Pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board tem planos para dobrar os seus investimentos na América Latina, noticia o jornal **DCI** em uma nota curta que não fornece detalhes.

O jornal detalha apenas que esses investimentos adicionais poderão chegar a US\$ 30 bilhões até o ano de 2025, sendo a metade desse valor alocado no Brasil.

## Previdência ajuda a dobrar número de estados acima do limite de gastos com pessoal

Com poucas exceções, os atuais governadores deixarão aos seus sucessores um quadro financeiro muito mais apertado do que aquele com o qual se depararam quando assumiram. É o que revela o indicador dos gastos com folha, a despesa corrente mais importante dos Estados, noticia o **VALOR ECONÔMICO**.

Dentre os 26 Estados, em 15 a despesa total de pessoal do Poder Executivo avançou em relação às receitas de dezembro de 2014 para o segundo quadrimestre deste ano. Além de avançar, o nível de gastos com folha tornou-se mais crítico. Atualmente, 16 Estados já ultrapassaram o limite prudencial de gastos com pessoal. Em 2014, eram apenas sete nessa situação. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o limite prudencial é de 46,55% de despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). O limite prudencial é dado por 95% do teto de 49% para gastos com pessoal estabelecido pela LRF.

A economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, há dúvidas sobre o caminho que os Estados seguirão em relação a uma agenda difícil que os governadores têm, envolvendo redução de gastos e reformas estruturais, como a previdenciária, em muitos casos.

Ana Carla reconhece que a despesa de pessoal, mesmo sem contratações, tende a se expandir por causa do crescimento vegetativo, em razão de adicionais por tempo de serviço e progressões automáticas. Mesmo assim, segundo ela, Estados como Alagoas, Ceará, Espírito Santo e São Paulo estão entre os que fizeram ajustes importantes ou que mantiveram uma política de contenção de gastos.

O processo de ajuste mais geral, diz Ana Carla, dependerá da política a ser definida pelo novo presidente em relação aos Estados. Para ela, há ainda dúvida sobre os caminhos que serão tomados: se haverá prioridade às reformas, com manutenção da política de ajuste, e se o novo presidente terá pulso firme suficiente para levar o conjunto dos Estados para esse lado.

## Petros: Adesão ao Plano passa a ser feita online

As inscrições para o Plano Petros-2 (PP-2) passaram a ser feitas exclusivamente através do Portal Petros. Com isso, todo o processo – desde a solicitação de adesão, envio de documentos, deferimento até a validação da patrocinadora – ficou mais fácil e ágil. O novo pedido de inscrição também ganhou layout mais moderno e linguagem mais simples e clara.

Outra novidade é que agora o futuro participante pode acompanhar o status de sua solicitação pela internet, informa o **PORTAL DA PETROS**.

A mudança no procedimento de inscrição é mais uma frente do processo de modernização da Petros, que envolve inúmeras medidas como renovação de sistemas e ferramentas com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços aos participantes e em linha com as melhores práticas de mercado. Os planos AnaparPrev e Líquigás serão os próximos a adotar a mesma sistemática de adesão online e há estudos para que o projeto seja levado para os demais planos.

